



**PAUTA
PARA A 1ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 02 DE FEVEREIRO DE 2018**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 22, de 2017, de autoria da Mesa. Altera a Resolução nº 859, de 16 de dezembro de 2008, com alterações posteriores, e dá providências correlatas.

2 - Projeto de lei nº 1190, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Urupês como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 1191, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Penápolis como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 1192, de 2017, de autoria do deputado André Soares. Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do Programa "Bom Prato" em Sorocaba.

5 - Projeto de lei nº 1193, de 2017, de autoria do deputado André Soares. Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do Programa "Bom Prato" em Salto de Pirapora.

6 - Moção nº 118, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Apela ao Presidente do Senado no sentido de alterar a Lei nº 8.989/95, incluindo-se no rol do inciso IV do artigo 1º, a concessão dos benefícios de isenção para as pessoas portadoras de deficiência auditiva.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1183, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica Barão de Antonina como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 1184, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica Itaporanga como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 1185, de 2017, de autoria do deputado Chico Sardelli. Obriga a todos os estabelecimentos comerciais no Estado que disponibilizem copos descartáveis em cor predominantemente azul com a inscrição " Zero Açúcar" para utilização em máquinas de refrigerantes.

4 - Projeto de lei nº 1186, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Autoriza o Poder Executivo a cobrar das concessionárias de estradas e rodovias, as despesas médicas e hospitalares em razão de atendimento às pessoas removidas nas situações que especifica.

5 - Projeto de lei nº 1187, de 2017, de autoria do deputado Coronel Telhada. Dá a denominação de "Coronel PM Luiz Nakaharada" ao 4º BPM/M, na Capital".

6 - Projeto de lei nº 1188, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica Marília como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 1189, de 2017, de autoria do deputado Celso Nascimento. Declara o "Sanduíche Bauru" Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.

8 - Moção nº 116, de 2017, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais. Protesta contra a Portaria do Ministério do Trabalho nº 1.129, de 2017, que - sob o manto da reconceituação das expressões "trabalho forçado", "jornada exaustiva", "condição degradante" e "condição análoga à de escravo" - produziu, ao arrepio da Constituição Federal e da legislação penal, embaraços gravemente anacrônicos à prevenção, à fiscalização e à repressão contra o trabalho escravo no País, e apela para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a fim de que determine ao Ministério do Trabalho a imediata revogação do ato normativo referido.

9 - Moção nº 117, de 2017, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais. Aplauda a memória de Mário Kozel Filho que, em 26 de junho de 1968, aos 18 anos, morreu tragicamente, assassinado, simplesmente por estar a serviço do Exército Brasileiro.

1 - Projeto de lei Complementar nº 34, de 2017, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a criação de Varas, de Ofícios Judiciais, de cargos públicos nos Quadros de Magistrados e de Servidores do Tribunal de Justiça do Estado, e dá outras providências correlatas a competência jurisdicional, organização e divisão Judiciárias do Estado.

2 - Projeto de lei nº 1177, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a "Semana de Incentivo à Adoção Tardia".

3 - Projeto de lei nº 1178, de 2017, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dá a denominação de "Orivaldo Gazoto/Prefeito Nenê Gazoto" ao dispositivo de acesso e retorno com viaduto, localizado no km 423 + 600 metros, na Rodovia Marechal Rondon - SP 300, em Cafelândia.

4 - Projeto de lei nº 1179, de 2017, de autoria do deputado Chico Sardelli. Declara de utilidade pública a "Associação Comercial e Industrial de Paulínia - ACIP".

5 - Projeto de lei nº 1180, de 2017, de autoria do deputado Márcio Camargo. Dá a denominação de "Professora Maria José Szittiko" à Escola Estadual "Conjunto Habitacional Itaquera IV I", Conjunto Residencial José Bonifácio, na Capital.

6 - Projeto de lei nº 1181, de 2017, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Classifica Gastão Vidigal como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 1182, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica Guapiara como Município de Interesse Turístico.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1169, de 2017, de autoria do deputado Teonílio Barba. Declara de utilidade pública a "Caritas Arquidiocesana de São Paulo - CASP", na Capital.

2 - Projeto de lei nº 1170, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica Aparecida D'Oeste como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 1171, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica Pederneiras como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 1172, de 2017, de autoria do deputado Coronel Camilo. Declara de utilidade pública o "Centro de Aprendizagem e Melhoramento Profissional - CAMP Centro", na Capital.

5 - Projeto de lei nº 1173, de 2017, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Tiago Henrique Lorençatto" à Estação de Transferência km 110 da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), em Sumaré.

6 - Projeto de lei nº 1174, de 2017, de autoria do deputado Teonilio Barba. Autoriza o Poder Executivo a conceder a isenção do ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços, referentes aos insumos utilizados na construção das unidades habitacionais para famílias de baixa renda.

7 - Projeto de lei nº 1175, de 2017, de autoria do deputado Doutor Ulysses. Dá a denominação de "Dom Estevam Stork" à ponte sobre o rio Verde, localizada na SP-255 (Rodovia Jurandir Siciliano), em Itaporanga.

8 - Projeto de lei nº 1176, de 2017, de autoria do deputado Davi Zaia. Classifica Lorena como Município de Interesse Turístico.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1161, de 2017, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui a "Semana Estadual de Conscientização sobre a Dislexia".

2 - Projeto de lei nº 1162, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a isenção de cobrança da taxa de estacionamento por hospitais aos pacientes submetidos à sessão de quimioterapia.

3 - Projeto de lei nº 1163, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre o afastamento das atividades em sala de aula de professores que figurem no polo passivo de processo por pedofilia.

4 - Projeto de lei nº 1164, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Cria a "Política Estadual de Empoderamento da Mulher".

5 - Projeto de lei nº 1165, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre os procedimentos prévios obrigatórios nos casos de fechamento de escolas públicas.

6 - Projeto de lei nº 1166, de 2017, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Declara o programa pedagógico da Nova Escola como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.

7 - Projeto de lei nº 1167, de 2017, de autoria do deputado Carlos Neder. Cria o "Programa Pratas da Casa", de estímulo à divulgação de experiências exitosas de egressos do ensino médio e técnico-profissionalizante no Estado.

8 - Projeto de lei nº 1168, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Classifica São João da Boa Vista como Município de Interesse Turístico.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

1ª Sessão

Projeto de lei Complementar nº 35, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Institui o Plano de Carreiras e Classes, de Empregos Públicos e Sistema Retributório para os empregados da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP.

Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 151 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 75, de 2017, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Institui o "Dia do CORAFESP" - Congresso de Oração e Ação Feminino do Estado de São Paulo. Parecer nº 2247, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação.